

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

*Antonio Carlos Sardinha (PG-UNESP, bolsita Fapesp)
Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)*

RESUMO

O debate sobre desenvolvimento faz interfaces com discursos e práticas de distintas matrizes conceituais e políticas, permeando vários campos do saber científico. Diante da configurada Sociedade da Informação, a comunicação como prática cultural e política, ganha centralidade ao ser mediada pelas tecnologias. Registra-se também intensificação e aprimoramento do uso de artefatos técnicos em meio a lógicas produtivas contemporâneas. Nesse contexto, as Políticas de Comunicação e Cultura são destacadas na agenda pública que debate desenvolvimento no âmbito local e nacional. Destacamos, a partir de pesquisa bibliográfica, contribuições para problematizar a contraditória inserção da comunicação e da cultura no contexto de desenvolvimento, destacando as implicações conjunturais e políticas que acabam atreladas ao debate sobre políticas públicas para essas duas áreas no contexto da Sociedade da Informação. Apontamos a necessidade de conferir a essas políticas um papel mais estruturante (e menos instrumental) no debate sobre desenvolvimento ainda organizado sob o signo do discurso tecnológico e informacional.

Palavras-chave: Comunicação. Cultura. Políticas Públicas. Novas Tecnologias. Desenvolvimento Local.

Introdução

A comunicação como prática social e cultural mediada pelas tecnologias tem se tornado campo estratégico e interdependente para pensar os demais campos econômicos, políticos e culturais. A midiatização (BRITTOS, 2010) e a configuração de um padrão sociotécnico em que informação, conhecimento e inovação reproduzem e atualizam a dinâmica do sistema produtivo na configurada sociedade tecnológica que colocam a comunicação e todo seu sistema institucionalizado imersos em um cenário politicamente marcado pelo conflito entre identidades e tecnicidades (MARTIN-BARBERO, 2006).

Essa configuração societária marcada pela expansão das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) também não pode ser lida fora do modelo excludente adotado pelo sistema capitalista. É por isso que falar de democracia e participação política, desenvolvimento econômico e social, ou qualquer tema de interesse público de países e comunidades, exige um debate sobre tecnologias e inovações, políticas públicas de comunicação, em uma perspectiva que considera o avanço do modelo capitalista e os arranjos societários inseridos no tripé infernal contemporâneo que Wolton (2006) acredita passar pela comunicação, identidade e cultura.

O debate sobre desenvolvimento na perspectiva de políticas públicas e no cenário da denominada Sociedade da Informação permeada pelas tecnologias (como artefatos culturais) passa inevitavelmente por esse tripé. Em uma perspectiva crítica, avançar na consolidação da Comunicação como política pública e afirmar o direito à comunicação no conjunto de demandas políticas apresentadas pela sociedade civil e os movimentos sociais a serem garantidas pelo Estado é um caminho para inserir as políticas comunicacionais e culturais no

debate sobre desenvolvimento econômico e social.

Esse caminho, por sua vez, fortalece a necessidade de avançar na elaboração de um olhar menos instrumental para as políticas de comunicação, que não podem ser descoladas das políticas culturais onde o processamento simbólico de significados e práticas sociais é instrumentalizado pelo modelo econômico, mas também apropriados nos processos de ação política em um conflito que marca, caracteriza e interfere sobremaneira nos processos de desenvolvimento. É a partir dessas indicações que estruturamos a presente reflexão.

1. Comunicação e tecnologia na sociedade contemporânea

A leitura da sociedade contemporânea tomando como referência o campo da comunicação tem apontado para uma multiplicidade de abordagens. De apocalípticos a integrados, aproximam-se os posicionamentos sobre a centralidade da comunicação como mais uma arena pública de construção de sentido institucionalizada nos meios de comunicação e mediada pelas novas tecnologias, com relativa capacidade de afetar os campos políticos, culturais e sociais.

Nesse contexto, pela centralidade na conformação de imaginários e na concepção de realidade, a comunicação mediada pela tecnologia é alvo de disputa na garantia, esvaziamento e regulação da diversidade cultural. Por isso é apropriada pelos capitais em concorrência e pelo Estado para difusão de modelos de consumidor e cidadão (BRITTOS, 2010).

O avanço tecnológico impactou no modo de comunicar nas sociedades e favoreceu a construção de mecanismos e possibilidades de comunicação, tendo as mídias como plataformas privilegiadas de distribuição conteúdos simbólicos. Enquanto configuração, o que há é um modelo organizativo em rede que articula em um sistema interdependente as mídias individuais e de massa e que é marcado pela apropriação individualizada, mas socialmente partilhadas desses meios (CARDOSO, 2010).

Pensando no modo como essa configuração opera em contato com os campos, na leitura pelo campo econômico realçada por Brittos (2001), a informação que circula nesses sistemas de comunicação é o grande valor que se agrega à mercadoria. E os sistemas de comunicação assumem um papel estruturante nesse contexto.

O atual estágio de desenvolvimento da informação, suas indústrias e seu papel na estruturação da sociedade é mais um desdobramento do processo de transformação das técnicas comunicacionais verificadas com ênfase e nitidez desde o século XIX. A inovação tecnológica permite a plena realização do movimento globalizador, não obstante tal deslocamento não seja novo, relacionando-se com a trajetória histórica do capitalismo (BRITTOS, 2001, p. 107).

Na leitura geopolítica, sugerida por Mattelart (2006), uma nebulosa semântica do globalismo fabricou o novo senso comum. A uniformização do mundo começa com a padronização da língua, que retira a memória das palavras e as afastam de seu sentido. Nessa perspectiva, um termo pode ser expropriado em favor de uma concepção de mundo. Foi assim com a ideia de mundialização, proveniente de uma longa tradição de um internacionalismo democrático, expropriada em favor do ultraliberalismo (MATTELART, 2006, p.7). A situação se repete com a ideia de uma sociedade da informação, promovida como paradigma dominante para marcar a presença de um tempo presente mediado e midiaticizado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

A construção de um imaginário de fluidez de informações indiscriminada e livre de informações, de horizontalidade na comunicação pelos recursos tecnológicos, assim como de transparência e participação, associadas a um discurso do fim das ideologias, do engajamento

e da negação da política (MATTELART, 2006), compõem uma trama que autonomiza e dissolve a complexidade dos vínculos sociais e políticos em favor do discurso do mercado e das novas tecnologias.

Pensar a ideia em torno da configurada Sociedade da Informação na perspectiva histórica e na possibilidade utópica de uma linguagem uma que é anterior ao advento da informática, mas intensificada com as revoluções tecnológicas do pós-guerra, é localizá-la, portanto, em um cenário geopolítico. Esse cenário é marcado pelas disputas políticas, econômicas e pela disputa por sentidos aos discursos lançados pelos aparatos institucionalizados nos meios de comunicação.

O entendimento, portanto, é que a interpenetração, sobreposição e equivalências entre informação, conhecimento, cultura e comunicação compõem um dos aspectos dessa trama. O conhecimento, em especial, ao virar mercadoria, integra-se a estratégias industriais, comerciais, políticas e militares em um processo de legitimação em pretenso consenso. Fazendo referência a Lyotard, Mattelart aponta o processo de legitimação do saber nesse contexto de hegemonia do discurso informacional:

[...] um sistema informático será legitimado somente se suscitar a invenção de ‘cartadas’ novas nos jogos que existem ou a invenção de novos jogos. A linguagem da operatividade no sentido dos tomadores de decisão e do capital está, com efeito, na direção oposta da multiplicidade dos jogos de linguagem. (MATTELART, 2006, p.102).

A informação como categoria estratégica para nomear a contemporaneidade está inserida nessa disputa por sentidos. A tendência de associar a informação a termos provenientes da estatística (dados) e vê-la somente onde há dispositivos técnicos fortalece uma concepção instrumental sobre a nominada Sociedade da Informação. E esse é um dos fatores que acabam mitigando as implicações geopolíticas da expressão (Sociedade da Informação) que supostamente designa, segundo Mattelart, uma nova visão de mundo.

Para Bolaño o que se vive atualmente é uma reestruturação da esfera pública, que retoma o caráter excludente e crítico da esfera pública burguesa clássica. A Internet é o exemplo mais importante dessa tendência.

Brindada inicialmente como uma estrutura revolucionária, não hierarquizada, de comunicação entre indivíduos livres e iguais, mostra-se claramente hoje como um espaço formado por uma teia complexa e extremamente assimétrica de atores, onde a capacidade de comunicação e de acesso à informação relevante depende justamente daqueles elementos que no passado garantiam o acesso à esfera pública liberal: poder econômico (propriedade), político e conhecimento, nessa ordem de importância (BOLAÑO, 1997, p.02).

Herscovici (2002) contribui na pontuação sobre a inserção da comunicação e da cultura no contexto de reorganização do modelo capitalista, baseando-se na ideia de que lógicas setoriais relativas à cultura, informação e à comunicação se relacionam com o que chama de lógicas globais de acumulação de acumulação. Nesse caso específico, em que modelos de regulação produzem Sistemas de Informação e Comunicação correspondentes a lógicas globais, as TICs nasceram segundo uma lógica pós-fordista e excludente (HERSCOVICI, 2002, p. 88).

2. Políticas públicas de Comunicação e Cultura e o debate sobre desenvolvimento

Nos anos 1970, na América Latina, Ásia e África foram organizadas atividades para

discutir as relações desiguais entre países do Norte e do Sul, culminando no debate sobre os fluxos de informação e na proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). Registra-se nesse período a organização pela Unesco da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (PERUZZO, 2008). Como resultado desse processo coordenado por Sean MacBride, foi apresentado o conhecido relatório MCBride, apontando a dinâmica de trocas desiguais de informação com sugestões para democratização da comunicação como forma de alterar a ordem informacional e comunicativa desigual.

O esforço e as questões emergentes levantadas sobre a necessidade de pensar políticas públicas na área de comunicação acabaram sofrendo um revés com a saída dos Estados Unidos e Inglaterra da Unesco, no início da década de 1980. Conforme Ramos (2005), para o pensamento neoliberal, que começava seu período de hegemonia, era impraticável pensar a comunicação na ótica das políticas nacionais.

No entanto, a tematização sobre a dinâmica de uma ordem informacional hegemônica foi importante para expor a questão das finalidades da inovação tecnológica, dos modelos de desenvolvimento associados ao uso das tecnologias da informação e da comunicação. Foi também a possibilidade de pensar projetos de reordenamento do mundo baseados na produção e circulação de conhecimentos mais plurais contrastados ao projeto de uma sociedade global de informação.

A interpretação do desenvolvimento institucional da informação tem relação de complementaridade e diálogo entre as diferentes estruturas. Para Ribeiro (2001), a interpretação do desenvolvimento institucional da informação, em suas relações de complementaridade e diálogo com diferentes tipos de estruturas, não são processos exclusivamente adaptativos à demanda social de fluxos globalizantes de comunicação. São também processos de especialização e crescente complexificação de suas estruturais materiais, organizacionais e formas de produção, em função da dinâmica de seus elementos internos, dos conteúdos que move, das suas atividades institucionais (RIBEIRO, 2001, p. 99).

No entanto, a leitura sobre as dimensões políticas e econômicas da Sociedade da Informação é importante para um necessário destronamento da tecnologia conforme expressão de Herbert Schiller (BRITTOS, 2001), ou seja, a distinção entre os usos da tecnologia como um fim em si mesmo, o que nos leva a revelar um dispositivo interessante em que o tecnológico torna-se o caminho para o alcance do simbólico em larga escala (BRITTOS, 2010).

Nesse sentido, entendemos que o debate sobre políticas de cultura e comunicação não pode negar um jogo de força que relaciona capital econômico, político e cultural, na medida em que ocupar uma posição hegemônica na sociedade permite aos indivíduos e grupos estabelecerem consensos sobre significados, valores das identidades e de sentido para realidade. O processo de construção de sentido sobre práticas sociais envolve lutas em arenas e esferas públicas entre relações objetivas do poder material e simbólico, que envolve processos objetivos e estratégias simbólicas de (auto) apresentação e (auto) representação.

É com base nessa perspectiva que sugerimos indicações para pensar a natureza, dinâmica e escopo das políticas de comunicação e cultura no contexto das tecnologias, bem como da relação entre os dois campos. O entendimento é de que essa postura evita o determinismo tecnológico e o pessimismo cultural na expressão de Raymond Williams (apud MARTIN-BARBERO, 2010) quando inserimos cultura e comunicação no contexto das sociedades globais. Isso porque as finalidades das políticas culturais, como a promoção do conhecimento científico, histórico e cultural, não se realizam sem considerar a presença simultânea das instituições comunicativas nos processos de socialização, o que presume considerar a elaboração das noções de experiência temporal e espacial, construção de outras

formas de narrativas (não unilineares) entre outras questões.

A relação entre práticas culturais no interior dos sistemas e das instituições de comunicação mediada pelos aparatos técnicos presume não só o domínio da dinâmica material nessa ambiência comunicativa, mas a intervenção nesses sistemas, com a incorporação de seus instrumentos por essas mesmas práticas culturais. Ao analisar as políticas culturais no Brasil, Ribeiro (2001) aponta para um domínio do regime de propriedade privada que permitiu historicamente uma permissividade significativa da esfera cultural ao que chama de industrialismo da produção cultural sem a participação do Estado. Essa restrição da produção cultural em reger-se por critérios exteriores de um igualitarismo liberal, presente na esfera da produção econômica e na vida privada, esvazia a idéia da cultura direito, tornando-a um tipo particular de serviço que reflete no escopo também limitado das políticas públicas para essa área.

A lógica que norteia as políticas culturais não é diferente quando também avaliamos a constituição de políticas de comunicação no país, pela dificuldade do direito à comunicação ser percebido como direito social passível de garantias por meio de políticas do Estado como as demais áreas em que há regulação no contexto das políticas públicas (RAMOS, 2005). A predominância de regulamentação legal em detrimento de ações positivas pelo Estado Brasileiro compromete a intersectorialidade com as demais políticas sociais e a estruturação sob marcos legais, políticos e públicos da área de comunicação no Brasil.

Na concepção de Becerra (2010), as características político-ideológicas do projeto da Sociedade da Informação em suas versões européias, norte-americanas e nos países do Terceiro Mundo, a partir desses modelos, conservam coerência plena com as conclusões da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação ocorrida entre 2003 e 2005. Dentre as diretrizes da Cúpula (a terceira organizada pelas Nações Unidas para tratar do fluxo de informação e comunicação no mundo) estão a predominância de uma orientação de livre mercado e privatização e o desmantelamento da noção de serviço público na regulação das atividades infocomunicacionais.

Essa marcação histórica sobre a constituição das políticas de comunicação e cultura afeta todo o debate posterior sobre a relação conflituosa e contraditória, mas interdependente, entre os dois campos. Além disso, permite localizar o papel que essas políticas públicas tiveram nos debates sobre desenvolvimento e que ainda assumem na contemporaneidade, diante da demanda colocada aos Estados no contexto da Sociedade da Informação, em uma situação de desvantagem considerável.

Essa última questão será detalhada mais adiante, considerando que o ato de avançar na construção de uma natureza para estruturar as políticas de comunicação e cultura caminha ligado à inserção dos Estados no jogo de forças e poder desenhado na contemporaneidade no aprimoramento do processo de acumulação com centralidade na produção, apropriação e uso da informação e das tecnologias nas devidas especificidades já destacadas.

Descrever a inserção das políticas culturais e de comunicação presume considerar um movimento duplo identificado por Becerra (2010) que inclui de um lado a industrialização das atividades da informação e da comunicação e, por outro lado, a informacionalização crescente de todas as atividades produtivas, incluindo as atividades industriais. Inclui, ainda, considerar os limites da lógica de que a ampliação da infraestrutura de TIC presume a generalização de benefícios sociais, econômicos e políticos às sociedades locais e nacionais. Além disso, é necessária compreensão de que a inserção das novas tecnologias potencializa os processos de comunicação e interferem nas práticas culturais em contextos de desigualdades na produção material e simbólica nas mais diferentes sociedades. Esse entendimento afeta os usos e apropriações das políticas culturais e de comunicação para além da comumente instrumentalidade a elas atribuídas.

Aliás, esse foi o tom que marcou as políticas de comunicação para o desenvolvimento, calcada em uma concepção difusionista alimentada pela teoria do desenvolvimento da modernização, identificadas na América Latina na década de 1970 (TRESCA, 2008). Nessa perspectiva, a verticalidade e a concepção unilateral e mecânica do fazer comunicativo imerso em uma funcionalidade estratégica para induzir o desenvolvimento e superar atrasos econômicos nos países retardatários (na comparação aos países considerados desenvolvidos) orientaram o discurso e práticas das políticas de comunicação em um cenário favorável a uma prática desenvolvimentista que buscava superar o atraso econômico.

A concepção de um novo modelo de desenvolvimento, não universal, integral e de múltiplas dimensões, não apenas econômica, em consonância com novos modelos de comunicação, mais participativos, também abriu possibilidades para a consolidação de vertente não-hegemônica para pensar as políticas de comunicação no contexto das sociedades latino-americanas. As duas concepções acima sobre a comunicação e desenvolvimento estão no pano de fundo no conflito que envolve as demandas pela democratização e formulação de políticas públicas comunicacionais, em consonância direta com as políticas culturais. O mais interessante é que esse debate acaba atualizado, de certo modo com outra modelagem, em meio à Sociedade da Informação contemporânea.

A questão central, por vezes ignorada, é como pensar o debate sobre desenvolvimento sob a ótica da comunicação e da cultura em meio a brechas das sociedades informacionais, marcadas pelos desníveis na apropriação e uso de bens e serviços infocomunicacionais, nas diferentes modalidades de acesso a essa oferta segmentada de serviços e a aquisição e construção diferencial de capacidades e habilidades (BECERRA, 2010). Para ficar em um exemplo do contexto sob o qual podemos atualizar o debate, ressalta-se que nas sociedades informacionais, o acesso não representa o poder de utilizar todas as potencialidades dos recursos técnicos disponíveis pelas tecnologias da informação e da comunicação.

A distribuição desigual de benefícios gerados na base produtiva pela intervenção das tecnologias infocomunicacionais altera o posicionamento das pessoas, classes e grupos na estrutura social, originando assim novas diferenças que estruturarão o acesso à informação e à comunicação. (BECERRA, 2010, p. 146).

Essa indicação é importante para pensar que do ponto de vista operativo, as políticas de comunicação e cultura devem ocupar um espaço mais estruturante (de relativa centralidade) e menos acessório no conjunto de uma política de desenvolvimento econômico e social tanto como modelo de negócio quanto campo estratégico para construção/consolidação de modelos de desenvolvimento econômicos e sociais.

No primeiro aspecto, considerando o modelo de negócios ligado, sobremaneira, à dimensão econômica da comunicação e cultura, a questão é pensar no diálogo entre projetos de desenvolvimento e a demanda por recomposição das desigualdades geradas pela concentração produtiva em sociedades que se apropriam das tecnologias da informação e da comunicação. As ações de fomento de cadeias produtivas na área de cultura, de sustentabilidade de mídias alternativas e populares; ampliação e democratização do acesso às novas tecnologias e ao conhecimento, em uma relação de produção e uso conjugados a políticas correlatas de ensino e pesquisa científica delineiam, nesse sentido, o cenário para intervenção do Estado que extrapola o escopo mínimo das políticas de comunicação e cultura.

No segundo aspecto, na dimensão simbólica da cultura e da comunicação, estão ações que subsidiam a construção do imaginário, responsáveis por organizar simbolicamente os processos de desenvolvimento econômico e social. Nesse aspecto, pensar políticas de comunicação e cultura é oferecer o que podemos considerar como capital simbólico que permita sustentar os modelos de desenvolvimento, ao oferecer mecanismos capazes de

mediar, pensar e monitorar os conflitos inerentes a esses mesmos processos. É nessa arena menos instrumental que se resgata o papel ativo e constitutivo da cultura e comunicação como práticas sociais e políticas e que se negocia, por exemplo, perspectivas, dimensões e escopos políticos dos contraditórios componentes dos modelos e projetos de desenvolvimento tais como: projetos societários versus projetos coletivos; dimensões locais versus globais do desenvolvimento em relação a demandas identitárias de comunidades e grupos; sustentabilidade política e cultural em meio à apropriação econômica dos recursos simbólicos e materiais entre outras questões teoricamente amplas que organizam a lógica/concepção sobre e para o desenvolvimento.

A diferença de apropriação do campo da comunicação e da cultura por modelos e projetos de desenvolvimento, que induzem a aproximação com a vertente difusionista e linear de progresso, está na capacidade de inseri-los como políticas que organizam e possibilitam negociar os conflitos no jogo de forças e poder intrínsecos às disputas que marcam as práticas, discursos e imaginário dos modelos de desenvolvimento. Disputas essas presentes, inclusive, quando cultura e comunicação tornam-se modelos de negócios tão excludentes como quaisquer outros quando inseridos na lógica da produção simbólica incorporada pelo processo produtivo na apropriação da informação e do conhecimento na geração de valor que não podemos desconsiderar no contexto da Sociedade Global da Informação.

Mas essa diferença de apropriação do campo da comunicação e cultura só faz sentido quando trabalhadas na via da articulação/desarticulação entre estratégias gerais de desenvolvimento e estratégias específicas de comunicação para o desenvolvimento, como categorias esquemáticas identificadas por Beltran (TRESKA, 2008). Sugerimos ainda que o que caracterizamos como dimensão simbólica das políticas culturais e de comunicação no debate sobre desenvolvimento corrobora para a formação de um modelo de desenvolvimento econômico, mas também social atrelado a uma perspectiva participativa definidos anteriormente.

2.1 Políticas públicas de comunicação e cultura para uma sociedade dos saberes

No entendimento que estamos compartilhando, cultura, conhecimento e comunicação pelas mídias são campos que se aproximam ao se pensar a política pública para as respectivas áreas. De maneira recíproca, a política cultural, de comunicação e de ensino e pesquisa científica e tecnológica assumem um espaço estrutural da arquitetura de modelos de desenvolvimento em um tempo de implantação de dispositivos do conhecimento e monopólios cognitivos que atuam a partir das lógicas mercantis. (MATTELART, 2005).

A questão colocada a partir dessa compreensão refere-se aos escopos que as políticas de comunicação e cultura passam a ter sem repetir, contudo, a instrumentalidade e a mecanicidade atribuídas a esses campos desempenhadas no interior de modelos de desenvolvimento, como algumas experiências implementadas na América Latina sob uma vertente difusionista hegemônica (projetos de comunicação para comunidades rurais).

Tomando como pressuposto o entendimento de que os projetos de desenvolvimento na contemporaneidade passam pela discussão sobre a formatação de sociedades de saberes ou sociedades informacionais (na expressão de Becerra), questionar as relações de saber, conjugada a construção do poder econômico e político, torna-se uma questão central para os que demandam políticas públicas (movimentos sociais) como para aqueles que implementam essas mesmas políticas (Estado).

Nessa perspectiva, portanto, estão desenhados os enquadramentos para a estruturação de políticas de comunicação e cultura nos debates sobre desenvolvimento, com referências importantes: o papel dessas políticas como campos de mediação dos conflitos, organização e

regulação simbólica dos processos de desenvolvimento, mais do que indutores ou motores de indução para o crescimento e o progresso. Essa percepção sob o escopo da política pública compartilha da compreensão precisa de Ribeiro (2001) de que presença atuante do Estado (na perspectiva das políticas públicas) e da participação da sociedade civil são a alternativa para o enfrentamento do impacto da globalização entendida como conjunto de forças oriundas da expansão do mercado, da tecnologia e da informação.

Martín-Barbero oferece contribuições importantes nesse sentido ao pontuar que a sociedade da informação está significando em nossos países a expansão de uma sociedade do desconhecimento, desconsiderando nos mapas da sociedade e nos sistemas educativos a pluralidade de saberes e o que chama de competências culturais. A sobreposição entre cultura e comunicação transforma o lugar da cultura em um cenário marcado pela revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades. (MARTÍN-BARBERO, 2010; 2006). É necessário decifrar a hegemonia comunicacional do mercado agenciando um novo modelo de sociedade na qual comunicação e informação se mostram motor mais eficaz do desligamento e inserção das culturas – étnicas, nacionais ou locais – no espaço/tempo do mercado (MARTÍN-BARBERO, 2010, p. 221).

Na perspectiva das mediações de Martín-Barbero, a comunicação na cultura pode assumir não só a figura de intermediária entre criadores e consumidores, mas tem potencialidades de reconfigurar barreiras sociais e simbólicas descentralizando e desterritorializando as possibilidades da produção cultural e seus dispositivos. A mediação tecnológica da comunicação se torna mais densa e espessa, convertendo-se em algo estrutural. Na concepção de Martín-Barbero (2010), a tecnologia ao deslocar saberes, muda o estatuto cognitivo e institucional desses saberes e das figuras da razão. Nesse ecossistema, a experiência do audiovisual pelas mudanças tecnológicas configura uma visibilidade cultural em que o

[...] cenário estratégico de uma batalha política decisiva contra o velho e excludente poder da letra que, ao longo de um século e meio, desconheceu a diferença e riqueza das oralidades e visualidades culturais, as mesmas que entrelaçam agora suas memórias aos imaginários da virtualidade para dar novo sentido e nova forma às tradições culturais (MARTÍN-BARBERO, 2010, p. 222).

O pesquisador latino-americano percebe a globalização a partir das matrizes excludentes do modelo de acumulação de riquezas potencializados por esse fenômeno, mas não deixa de considerar considerando as possibilidades colocadas sobre a informação/comunicação, que ao assumirem a centralidade nas sociedades contemporâneas, empurram as sociedades para uma intensificação de contratos e conflitos. A cultura, a partir da comunicação mediada pelas tecnologias, torna-se nessa perspectiva um espaço estratégico de compreensão dos conflitos em que é possível negociar, tensionar e interagir com a globalização sem o determinismo tecnológico e do mercado. A apropriação desse componente simbólico pelas políticas públicas parece ser a diretriz que tentamos sugerir.

Isso porque essa percepção é importante porque não coloca as políticas de comunicação e cultura na dicotomia entre os campos econômico e cultural, mas as inserem em um movimento criativo, poroso e mais complexo das mudanças e perspectivas sobre desenvolvimento, a partir da matriz produtiva que tem a informação e o conhecimento de um lado, mas também cultura e saberes em um cenário estruturalmente marcado pela comunicação mediada pelas tecnologias.

As potencialidades das políticas de comunicação e cultura na produção de capital cultural (aptidões informativas, simbólicas e educacionais e acesso a bens culturais) e do capital social (vínculos, conexões e obrigações), conforme define Becerra (2010), posicionam

os dois campos nos projetos de desenvolvimento, a partir de uma referencia normativa que entende a dimensão simbólica dessas políticas nesse debate.

Esse enquadramento, por consequência, contribui para superar dicotomias que reduzem o escopo das políticas públicas culturais e de comunicação, as quais estamos tratando como concepção instrumental e utilitária, formatada pela lógica difusionista sobre desenvolvimento presente ainda nessa fase do capitalismo, baseada na economia do conhecimento, que tentamos descrever na primeira parte do presente trabalho.

Desconsiderar o estatuto da comunicação e da cultura para organizar as dimensões econômicas e simbólicas do desenvolvimento econômico é restringir as possibilidades e implicações desse processo desenvolvimentista e correr o risco de adotar o discurso difusionista do desenvolvimento aliado ao progresso e ao crescimento, sob outra roupagem.

Chegar a esse debate exige superar questões elementares ligadas à natureza (histórica) de organizar e pensar políticas nas áreas de comunicação e cultura. A primeira dessas questões é a regulamentação de políticas que saiam do viés de não interferência do Estado para formatação de políticas públicas que afirmam a necessidade de equilíbrio na produção e apropriação de bens simbólicos, sobretudo de práticas culturais e de comunicação geradoras de discursos contra-hegemônicas que se apropriam desses campos para fazer a disputa por sentidos nos conflitos contemporâneos.

O esforço é pensar as políticas culturais e de comunicação como políticas interdependentes (e não autônomas), a partir de suas especificidades – potencializadas em meio ao contexto das sociedades informacionais – e no conjunto das demais políticas públicas para apontar caminhos de superação do viés pontual sobre o qual acabam enquadradas.

Essa indicação torna-se uma referência para pensar ações nas áreas estratégicas de comunicação e cultura sugeridas como políticas pelos governos locais e nacionais, permitindo um enquadramento dessas mesmas políticas, a partir do estatuto que essas áreas assumem no contexto societário que tentamos resumidamente apresentar.

Nesse sentido, ações de alfabetização e inclusão digital, políticas de estímulo à produção de ciência e tecnologia, o incentivo para aprimorar e agregar valor nas cadeias produtivas de setores da economia - questões que perpassam os debates públicos no interior do Estado Brasileiro para serem incorporados pelas políticas públicas educacionais, industriais, científicas e tecnológicas – precisam fazer interface com as políticas de comunicação e cultura, a partir desse reposicionamento que os dois campos acabam tendo, sobretudo quando pautados no contexto da Sociedade da Informação.

Ou seja, pensar o campo da cultura e comunicação na constituição/revisão e ampliação dos conflitos que marcam o delineamento contraditório da configurada sociedade da informação é sugerir possibilidades para uma sociedade dos saberes (e não apenas do conhecimento) capaz de interferir na expansão dos monopólios cognitivos e nas lógicas de rentabilidade financeira, tentando assim potencializar a capacidade coletiva para desenvolver as inovações de interesse geral. (MATTELART, 2010).

Considerações Finais

Apresentamos na reflexão uma tentativa de contribuir, a partir do campo das ciências da comunicação, com o debate sobre desenvolvimento no demarcado contexto da configurada sociedade da Informação, destacando o lugar que os campos da comunicação e da cultura assumem nas mudanças registradas pela fase de acumulação de riquezas baseadas na produção, armazenamento e circulação de informação e conhecimentos conjugados a um projeto de reorganização do modelo produtivo capitalista.

Essa leitura, apoiada na tentativa de apontar os caminhos e descaminhos da

intensificação dessa lógica, ressalta as potencialidades desse cenário ao legitimar um espaço para a cultura e a comunicação que, quando conhecido, aponta para a superação de um viés instrumental e difusionista intrínsecos a natureza de projetos de desenvolvimento.

Referências

- BELTRÁN, Luis Ramiro. Anatomia da incomunicação. In: GUMUCIO, A.; TUFTE, T. (eds.). *Communication for Social Change Anthology: Historical and Contemporary Readings*. New Jersey: Communication for Social Change Consortium, 2006.
- BECERRA, Martín. Mutações na superfície e mudanças estruturais: América Latina no Parnaso Informacional. IN MORAES, Denis de. *Mutações do Visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. “Sociedade da Informação: reestruturação capitalista e esfera pública global. BOCC. *Biblioteca On line de Ciências da Comunicação*, v.1, p. 1-23, 1997.
- BRITTOS, Valério Cruz. Mídiação e produção tecnológico-simbólica no capitalismo contemporâneo. In: MORAES, Denis de. *Mutações do Visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- _____. Capitalismo, redes contemporâneas e exclusão. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, Ano IV, v. I, n.01, jan/jul, 2001.
- CARDOSO, Gustavo. Da comunicação em massa à comunicação em rede: modelos comunicacionais e a sociedade da informação. IN MORAES, Denis de. *Mutações do Visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HERSCOVICI, Alain. Sociedade da Informação e Nova Economia: Ruptura ou continuidade?. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, Ano V, n. 1 e 2, p.87-112, 2002.
- PERUZZO, Cicilia M. K. *O lugar da comunicação comunitária nas políticas de comunicação no Brasil*. XVII Encontro da Compôs, UNIP, São Paulo-SP, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de (org.). *Sociedade Mídiação*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.
- _____. Convergência digital e diversidade cultural. In: MORAES, Denis de. (org). *Mutações do Visível: da comunicação de massa à comunicação em rede*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- MATTELART, A. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. Anais V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- _____. *História da Sociedade da Informação*. São Paulo: Loyola, 2006.
- RAMOS, M.C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. Comunicação, Cultura e Cidadania no Brasil. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, Ano IV, V. I, n. 02, ago/dez, 2001.
- TRESCA, Laura Conde. *Políticas locais de fomento à Comunicação Comunitária: Os casos das prefeituras de Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Porto Alegre e Recife*. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.
- WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.